

Regionalismo e ação simbólica: a Revolução de 1932 como drama social.

Regionalism and symbolic action: the Revolution of 1932 as a social drama

Marcelo Santos de Abreu¹

Resumo

O artigo analisa os eventos da Revolução de 1932 como um drama social. Trata-se de pensar o evento político dos anos de 1930 como uma série de interações simbólicas e atos performativos dos atores em conflito. Naquele processo, o regionalismo típico do federalismo, então ameaçado pela centralização, estabelecia os quadros para ação política como ação simbólica.

Palavra chave

Revolução de 1932; Regionalismo; Drama Social

Abstract

The paper discusses the events of the Revolution of 1932 as a social drama. The political event of the 1930s is thought as a series of performative acts and symbolic interactions of actors in conflict. In that case, the typical regionalism of federalism, then threatened by centralization, established frameworks for political action in the form of symbolic action.

Key-words

Revolution of 1932; Regionalism, Social Drama

Proscênio: drama social e história

O conhecimento das sociedades toma emprestado das ciências exatas e naturais as metáforas com as quais constrói suas análises sobre os processos sociais. Veja-se, por exemplo, o conceito de revolução. No século XVII, há um deslizamento no uso da palavra que corresponde a uma comparação entre os movimentos regulares dos corpos celestes

¹ Professor Adjunto Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto – Campus Mariana). E-mail: orientacaoufop@gmail.com

voltando sempre a um mesmo ponto e os movimentos políticos da sociedade em busca de um estado anterior da ordenação social, como se as diversas formas de governo fossem recorrentes. Revolução como metáfora política significava, então, uma volta a uma ordem predeterminada. A possibilidade de considerar a sociedade dessa maneira ligava-se a uma ordem do tempo diversa daquela que foi consagrada na modernidade, isto é, estava ancorada em um tempo cíclico em vez de um tempo progressivo. Coincidentemente, a emergência da noção de tempo progressivo a ordenar as transformações sociais e sua inteligibilidade correspondeu a um novo conteúdo associado às palavras revolução e revolucionário no século XVIII – correlativa, aliás, a alterações no próprio conceito de história. Revolução passava a significar a criação de uma ordem nova que, embora muitas vezes buscasse inspiração em modelos políticos do passado, em tudo diferia das experiências anteriores precisamente porque o tempo era tido como um movimento inexorável em direção ao futuro².

Os empréstimos tomados em outros domínios do conhecimento são inúmeros e não se limitaram à física. No século XIX, as ciências humanas operam metáforas colhidas na biologia para pensar as sociedades como organismos em evolução ou novamente na física para imaginar a sociedade como um mecanismo ou a dinâmica das mudanças sociais. Importa notar que o esforço para separar o conhecimento histórico e sociológico de supostas imprecisões e subjetivismo literários levou à substituição de metáforas propriamente humanas por outras que remetiam a uma semelhança entre a sociedade e a natureza. Nos domínios da história, já no século XX, isto levou à substituição dos personagens individuais por forças sociais cuja conformação não residia na soma de vontades individuais, mas sim em estruturas socialmente determinadas. O tempo passa a ser visto como um fluxo no qual se integram dinâmicas da mudança de ritmos diversos – alguns mais lentos, outros mais rápidos. Assim, a velocidade das transformações estaria submetida a constantes, fluxos e refluxos com acelerações diversas³. E deve-se dizer que os resultados destas formas de pensar a sociedade em sua mudança são absolutamente relevantes, sobretudo quando se trata dos domínios estruturais da longa duração.

² Sobre estas transformações da noção de revolução ver: ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. – 2a ed. – São Paulo: Ática; Brasília: Ed.UNB, 1990. Cap. 1; p. 17-46; KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*; uma contribuição à protogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Ed.UERJ; Contraponto, 1999; KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. – 2ª ed – Madrid: Editorial Trotta, 2010; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*; contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC, 2006. Cap. 3; p. 61-77.

³ O texto consagrado de Braudel em que enuncia a dialética da duração e a possibilidade de construir modelos para a análise social está carregado destas metáforas; ver BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41-78.

Mas e o que dizer do tempo das conjunturas? E do tempo mais rápido do acontecimento? A volta ao político não correspondeu, de forma alguma, a uma revolução no sentido de um regresso à ordem preestabelecida na historiografia. Ao contrário, a história política feita contemporaneamente se nutriu das reflexões e métodos da história social para repensar o gênero biográfico e o papel do indivíduo na história, a ação de grupos sociais, as instituições sociais do poder⁴. Na reconfiguração deste campo, as investigações também procuravam relacionar a política e seus movimentos às práticas e representações sociais que configuram o universo da cultura. Desta forma, passava-se a considerar a ação política como ação simbólica – da criação dos conceitos que se conformam durante a luta política aos rituais do poder e da contestação⁵. Assim, a história se aproxima da antropologia para pensar o político. E onde buscar as metáforas e formas necessárias para produzir o conhecimento do político definido como ação simbólica? Além disso, como pensar os processos de disputa pelo poder como situações em que a sociedade se recria e, precisamente por isso, evoca, redefine e inventa símbolos no curso de ações que terminam por redistribuir as posições sociais de grupos e indivíduos?

A noção de drama social não é propriamente uma resposta, mas uma referência conceitual para pensar a sociedade em processo. Ela foi forjada a partir de um entendimento das sociedades como movimento, como permanente mudança, mesmo nas sociedades que a antropologia estrutural classificou de “frias” por oposição às sociedades “quentes”. Na verdade, a categoria drama social, tomada deliberadamente da dramaturgia, foi introduzida para pensar a política e os conflitos nas sociedades ditas tribais da África. Victor Turner e um grupo de africanistas ligados à tradição da antropologia social britânica promoveram uma revisão das teorias estruturais-funcionalistas que investiam na percepção do caráter permanente de estruturas sociais – parentesco, ritos e mitologias – na manutenção dos laços que reforçavam a coesão social. Perceberam, ao contrário, que estas instituições sociais correspondiam a sistemas de relações intrinsecamente conflituosos. Para além de, nos moldes da antropologia clássica, descrever as estruturas existentes, procuraram perceber seu funcionamento em situações liminares como os rituais. Daí decorria a concepção de que qualquer sociedade é mais

⁴ Para um balanço dessas mudanças, ver: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.FGV-Ed.UFRJ, 1990.

⁵ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (notas de trabalho). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 15, no. 30, p. 9-22. 1995; e HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence. (org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

um processo social do que um conjunto articulado de posições sociais, hierarquias, práticas rituais e mitos que asseguram a integridade do corpo social. Estudos específicos reunidos em diferentes obras coletivas ou individuais⁶ apresentam os resultados desta perspectiva de análise para as sociedades tradicionais em mudança na África e Ásia, mas também revelam as possibilidades de interpretação dos processos sociais em sociedades complexas do capitalismo avançado ou de situações históricas como a Independência mexicana, por exemplo.

Em *O processo ritual e Dramas, fields and metaphors*, Turner sistematizou as categorias de análise que permitem pensar o caráter processual das sociedades. Estas se caracterizariam por uma tensão constante entre estrutura e anti-estrutura, isto é, entre os limites mais ou menos permanentes impostos pelas diversas relações sociais e o esgarçar destas limitações que abrem as possibilidades de mudança social, de transformação das relações preexistentes, de redistribuição dos posicionamentos de grupos e indivíduos. Turner utiliza a ideia de *communitas* como metáfora para anti-estrutura, porque efetivamente na prática social as estruturas nunca desaparecem por completo em favor de algo que se lhe opõe como estruturas alternativas. *Communitas* seria uma forma circunstancial que emerge em situações de conflito, ou seja, quando os limites estruturais não contêm as disputas entre grupos e indivíduos que ocupam posições diversas no sistema de relações sociais. Nas palavras de Turner, “comunitas é a sociedade experimentada ou vista como *comitatus*, comunidade ou mesmo a comunhão de indivíduos iguais não sujeitos a estruturas ou rudimentarmente estruturados e relativamente indiferenciados”⁷. Esta “modalidade social” faz subsumir as relações sociais estruturantes em nome de um laço impreciso que tende a acentuar a semelhança entre grupos diversos. Isto não significa dizer que as diferenças estruturais esvaecem por completo dando lugar a igualdade, mas sim que as distinções preexistentes tornam-se menos rígidas em nome de um sentimento de unidade superior a elas. A liminaridade de determinadas situações sociais provoca a emergência desta percepção das sociedades.

Pode-se pensar que nas sociedades complexas os rituais oficiais ou populares que remetem ao sentimento de nacionalidade são uma expressão do processo social como *comunitas* e, nesse sentido, as relações

⁶ SWARTZ, Marc, TURNER, Victor & TUDEN, A. (eds.) *Political Anthropology*. Chicago: Aldine, 1966; SWARTZ, Marc. (ed.) *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine, 1968; TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974 (Chicago, Aldine, 1968); e TURNER, Victor. *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1974.

⁷ TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors*. op.cit.p. 49.

conflituosas é que são momentaneamente obliteradas. Coesão e conflito são as duas faces da sociedade e dos processos sociais, de modo que o sentido de *comunitas* pode ter um caráter conservador ou libertário, como nos ritos da ordem e da contestação. É importante notar ainda que nas situações rituais os símbolos e relações sociais evocados são aqueles que existem em termos estruturais. No curso dos processos sociais, no entanto, as representações e relações sociais se transformam. Não há, portanto, um retorno à normalidade ao fim de um ritual, porque, embora tenha aspectos formais repetitivos e o reforço das relações sociais esteja presente, a polissemia dos símbolos evocados e das relações sociais objetivadas permite a criação de novos sentidos e a reconfiguração dos posicionamentos estruturais. É preciso atentar, portanto, para o caráter performativo e temporal dos rituais e demais processos sociais. Daí a formulação de uma nova categoria analítica: o drama social.

Esta metáfora para pensar a sociedade em processo, particularmente os conflitos políticos, pode levar ao erro de supor a performance como uma farsa. Na verdade, os atos performáticos que caracterizam um drama social carregam um poder instituinte: produzem a verdade de uma certa ordem ou da desordem. A ação simbólica não se confunde com a mistificação ou com o disfarce: ela opera a partir de categorias e relações instituídas tendo em vista a criação da sociedade. Pensar a política como ação simbólica e descrever seus conflitos como um drama implica assumir a validade dessa proposição. Mas como o drama social emerge, onde ele acontece e quem atua nele? Turner sugere que todos os dramas sociais são uma experiência conflituosa no tempo e se caracterizam por fases semelhantes. Primeiramente, a ruptura de relações sociais regulares entre pessoas ou grupos que compartilham um mesmo sistema de relações sociais. Este rompimento é sinalizado publicamente e pode ser visto como o disparo simbólico do confronto. A crise seria a segunda fase, quando a ruptura tende a se estender até que se torne correlativa às clivagens dominantes no conjunto de relações sociais relevantes ao qual pertencem as partes antagonicas. Esta fase tem um caráter liminar, pois é um estágio entre fases mais ou menos estáveis do processo social que se dão nos domínios da vida pública. Depois da crise, há uma fase de reparação que se caracteriza pela ação de membros do sistema social com posições de liderança ou estruturalmente representativas. A ação destes membros autorizados se faz no sentido de ajustar e conciliar as partes em conflito, em uma palavra, trata-se de exercer a autoridade – legal ou tacitamente reconhecida – no sentido de restaurar a coesão social. Por fim, a reintegração dos grupos em conflito ou do reconhecimento do cisma irreparável entre as partes⁸.

⁸ A descrição destas fases do drama social segue de perto a feita por Turner, sendo que

Analisar processualmente situações concretas mais longas implica ainda pensar que um *drama social* se desdobra em dramas sucessivos e suas respectivas fases, mas sobretudo também pensar os conflitos que se formam em um campo político e suas arenas. As duas noções, campo e arena, não se confundem com um espaço físico, são espaços relacionais. Obviamente estes espaços definidos pelas relações entre os atores e suas ações podem se localizar temporariamente, confundindo-se com os limites de uma vila, uma cidade, uma região ou mesmo o espaço nacional. O campo político como lugar do antagonismo entre diversos atores pode estender-se ou contrair-se de acordo com a ação dos atores envolvidos. Esse movimento elástico do campo político, congregando arenas diversas ou limitando-se a algumas delas, é conformado pela competição por prêmios ou recursos escassos, pelo interesse compartilhado em salvaguardar uma distribuição particular de recursos e por um desejo de manter ou subverter determinada ordem normativa⁹. Pode-se dizer que, no curso das lutas propriamente políticas em sociedades complexas, estas relações corresponderiam às disputas por posições na sociedade civil e no Estado, ao controle e manutenção da estrutura social e suas instituições e aos movimentos reacionários ou revolucionários da ordem social. O campo teria, portanto, uma abrangência significativa na medida das relações que se desenvolvem entre sujeitos atuando em diversas arenas, em torno de valores e preocupações semelhantes. A arena seria o momento, mais do que um lugar, em que o conflito torna-se publicamente manifesto através das oposições de caráter simbólico ou violento. Numa analogia com a linguagem mais comum a nós historiadores, o campo político corresponderia a um estado das estruturas políticas, pode-se dizer a uma conjuntura, e a arena ao domínio do acontecimento. Uma observação importante de Turner é que “a cultura prescreve os símbolos e modos da interação antagônica”¹⁰. A análise de situações etnográficas e históricas evidencia o papel desempenhado pelos sistemas culturais no domínio político.

Para concluir essa digressão necessária acerca do instrumental teórico utilizado para pensar a Revolução de 1932 como drama social, é preciso ainda que se observe algumas sugestões metodológicas de Turner acerca da interpretação de casos concretos – histórica e etnograficamente falando. Em primeiro lugar, é fundamental atentar para a sincronia e a diacronia dos *dramas sociais*. Isto implica perceber a temporalização característica de um drama particular: a sucessão temporal, que é produto do entrecruzamento de temporalidades distintas, os pontos

algumas partes são praticamente a tradução de suas palavras. TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors*.op.cit. p. 38-43.

⁹ TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors*.op.cit. p. 127.

¹⁰ *Idem*. p. 134.

de ruptura e o que o drama evidencia como constante. Por outro lado, a relevância do que existe de estrutural no drama também precisa ser elucidado. Assim, é possível apresentar uma narrativa do drama e depois analisar em que medida as estruturas sociais são manipuladas durante as relações antagônicas. Pode-se também fazer o contrário – e esta foi a posição adotada nesse trabalho. Assim, na parte que se segue as estruturas existentes – dos sistemas de posição aos referenciais simbólicos – são apresentadas. Em seguida, a narrativa mais ou menos sucinta dos momentos chave da Revolução de 1932 revela o caráter dramático e criativo daqueles acontecimentos.

Cenário: estruturas sociais e momento revolucionário

O ano de 1930 pode ser tomado como um ponto de ruptura que delimita as percepções seguintes do tempo na década de 1930 e momentos posteriores. Não se quer dizer com isso que 1930 tenha sido um ponto definitivo de ordenação da história ou que outros eventos significativos de natureza semelhante tenham passado despercebidos pelos contemporâneos. Do ponto de vista das tensões na política institucional, pode-se dizer que 1930 é mais um momento entre tantos de conflitos que caracterizavam a luta pelo poder durante a Primeira República. Assim, podemos lembrar outros eventos em que a arquitetura da política dos governadores não funcionou: as eleições presidenciais de 1910 e 1921 revelaram as tensões entre situação e as oposições. Pesquisas recentes, aliás, contestam a aparente conciliação oculta sob a chamada política dos Estados ou dos governadores, evidenciando as disputas entre facções da elite que se supunha relativamente coesa¹¹. Em um registro propriamente revolucionário, isto é, na perspectiva dos insatisfeitos com a ordem política ou social, 1930 também não significa necessariamente uma novidade ou um rompimento: os levantes da jovem oficialidade do Exército, em 1922 e 1924, a fundação do PCB ou a organização do BOC, em 1928, podem ser tomados como eventos significativos de uma pressão pela mudança¹². O que talvez tenha feito de 1930 um rompimento na visão dos contemporâneos foi a percepção de que dois

¹¹ Um bom exemplo das visões críticas sobre a imagem da política dos governadores consagrada na historiografia é o trabalho de Claudia Viscardi. VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias*; uma revisão da política “café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001

¹² CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Desalva, 1965; FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Difel, 1970; DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981; e VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

processos confluíam no acontecimento: a tensão institucional crônica e o espectro de subversão da ordem classista simbolizado pela chamada “questão social”. Pode-se, penso, ler 1932 a partir das mesmas tensões que remetiam para as estruturas sociais de ordenação do poder e das hierarquias sociais.

No que se refere às estruturas do poder, o imediato pós-1930 não se caracteriza por alterações profundas no funcionamento da política. É importante notar que em sua dimensão cotidiana a política continuaria a ser feita majoritariamente com as mesmas moedas: o clientelismo, a distribuição das prebendas entre os vencedores, o recrutamento mais ou menos forçado de eleitores pelas facções antagônicas, usando a fórmula de campanha da Aliança Liberal: voto secreto, mas com cabresto. Os atores mais destacados na contenda acerca da constitucionalização não escapam dessas demarcações estruturais. Por exemplo, o Partido Democrático de São Paulo se constituiu como força política regional fazendo uso das mesmas táticas eleitorais de seus opositores, constituindo alianças com potentados locais a fim de angariar votos¹³. O mesmo partido, que apoiou a Aliança Liberal em 1930, viu-se preterido pelo Governo Provisório não só por sua alegada exclusão das decisões estaduais, mas também, e principalmente, pela perda de prefeituras do interior para os antigos opositores do PRP e para os novos opositores da Legião Revolucionária de São Paulo. Esse é um exemplo da vigência de práticas políticas arraigadas que não foram varridas do campo junto com os “carcomidos” do regime anterior. As estruturas de poder vigentes ainda assentavam no controle de um eleitorado majoritariamente rural e sob o domínio mais ou menos rígido de grandes proprietários. No caso de São Paulo, apesar do crescimento do eleitorado urbano e da concentração do poder repressivo pelo governo estadual desde a década de 1920, o campo prevalecia sobre a cidade. E mesmo na cidade, onde os eleitores estariam supostamente menos sujeitos às práticas coronelísticas, a violência e a constituição de clientelas prevalecia como regra¹⁴. Do ponto de vista da mobilização política, no entanto, algumas novidades gestadas na década anterior ganharam novo vulto: a realização de manifestações de massa, como os meetings e as marchas, ou as caravanas de propaganda e alistamento partidário pelo interior¹⁵. Na perspectiva dos atores em disputa, todos estes recursos pareciam igualmente legítimos.

¹³ PRADO, Maria Lygia. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986

¹⁴ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁵ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

O que o pós-1930 assinalava como novidade era o viés centralista do Governo Provisório. Centralismo que também possuía um novo agente: militares alçados à condição de interventores estaduais e jovens políticos oriundos das “oligarquias”. A direção centralizadora colidia com uma leitura do liberalismo político que privilegiava a autonomia estadual. O federalismo como fórmula política aglutinava as elites republicanas, principalmente os grupos políticos paulistas. A República Federativa teria sido a expressão de uma visão de mundo que se tornara hegemônica e que se confundia com uma fração dos grupos dominantes identificada ao Estado de São Paulo. 1930 e suas decorrências suscitaram outras formas de conceber o poder ao mesmo tempo em que reconfiguraram as posições dos grupos da elite na direção da política nacional. Complementar ao apego pelo federalismo liberal, havia um consenso em torno da idéia de que a política era o domínio dos civis. O civilismo das elites paulistas era uma crença arraigada que logo se traduziria em antimilitarismo ao longo do conflito¹⁶. No decorrer do chamado “caso de São Paulo” que culminaria com a guerra civil, federalismo e antimilitarismo surgiram como parte central do debate: na perspectiva dos paulistas do PD ou do PRP, a perda da hegemonia da “locomotiva” se revestia, então, de conteúdos mais perversos, pois São Paulo seria vista como terra ocupada e governada por “estrangeiros” fardados. O antimilitarismo não era, contudo, uma prerrogativa paulista, porque vários autores concordam que os membros das elites que se opuseram ao Governo Provisório também viam com apreensão o que percebiam como a militarização da política nacional.

As tensões sociais agravadas com a crise econômica também assombravam a consciência dos protagonistas. A verdade é que o conflito de classe se acentua, o que significa dizer que era constitutivo da experiência, era parte das estruturas sociais. E ele não se traduz apenas na oposição entre trabalhadores e as “classes conservadoras”, mas também no interior delas mesmas. As clivagens no interior das “classes conservadoras” também não eram uma novidade e se agrava com a crise. Explicitam-se, então, as divergências entre grupos que ocupavam posições distintas na hierarquia da produção econômica. No “caso de São Paulo”, a defesa de interesses antagônicos de diversas frações de classe se torna manifesta na questão do café, por exemplo, opondo “lavradores”, grandes proprietários, “comissários” e “agentes financeiros”. O livro *Marco Zero I – a revolução melancólica*, parte do “romance mural” pensado por Oswald de Andrade para ser um instantâneo da história vivida, é cheio de exemplos das relações estruturais e conflituosas entre estes agentes.

¹⁶ LOVE, Joseph, op.cit. p. 255.

Mas não só deles, pois a disputa entre posseiros e fazendeiros, entre “fracos” e “fortes” era uma constante¹⁷. Ao mesmo tempo, a emergência da “questão social” sinalizava a preocupação com a subversão da ordem social na perspectiva das elites políticas, enquanto para a maioria dos trabalhadores, ao menos até 1928, significava pautar a precariedade das condições de trabalho e vida de quem produzia a riqueza. Se entre as lideranças do movimento operário a revolução estava no horizonte, é possível que para o trabalhador que participava das greves ela não fosse um objetivo final. Um conto de Alcantara Machado, *Lisetta*, evidencia o cotidiano do conflito de classe. Lisetta, “italianinha” de São Paulo, se encanta com o ursinho de pelúcia que a menina rica manipula provocativamente dentro do mesmo bonde. Lisetta não tira os olhos do bichinho, tenta pegá-lo, a menina rica afasta-o e a mãe de Lisetta se enfurece com a filha. Chegando em casa, Lisetta apanha e, mais tarde, o irmão mais velho volta da oficina com um ursinho de lata. Os outros irmãos tentam brincar com o bichinho e Lisetta grita o individualismo possessivo nascente: “É meu! O Ugo me deu!”¹⁸.

A criação ficcional de Lisetta revelava dimensões sutis do conflito em uma prosaica viagem de bonde, mas também representava outra característica da estrutura social em São Paulo, particularmente da capital paulista: a presença de um contingente significativo de imigrantes europeus na região. A existência desta população reconfigurava a questão nacional no espaço social paulista. Os imigrantes europeus eram, também na visão das elites, a força de trabalho que produzia a riqueza e o contingente racial que viria a melhorar o caráter eugênico do paulista. Além das classificações inerentes à condição de classe, as posições sociais também eram atravessadas pelo pertencimento étnico. Nesse caso, enquanto o imigrante era louvado por sua capacidade de trabalho tornando-se um símbolo do cosmopolitismo e progresso paulista no contexto brasileiro, negros e índios ocupavam as posições mais baixas na hierarquia social nas cidades e no campo e eram obscurecidos pelo discurso dominante. É sintomático que, ao analisar a formação da elite paulista entre 1889 e 1937, Joseph Love pôde encontrar alguns filhos de imigrantes europeus entre os seus membros e nenhum indivíduo pertencente aos estratos mais baixos da hierarquia racial estabelecida¹⁹.

A valorização do tipo racial paulista era um traço ideológico forte na visão de mundo dos grupos dominantes. Tal percepção do

¹⁷ ANDRADE, Oswald. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991.

¹⁸ MACHADO, Antonio de Alcântara. *Novelas paulistanas*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

¹⁹ LOVE, Joseph. *A locomotiva*. op. cit.

caráter eugênico do paulista em face dos demais brasileiros prendia-se a uma visão particular da história nacional que colocava São Paulo em um lugar de destaque no Brasil. A integração de contingentes raciais diversos teria sido produto de um movimento que também desenhou as fronteiras brasileiras: o bandeirismo. Segundo uma narrativa canônica compartilhada pelos membros da elite letrada, o avanço para o interior do continente nos séculos XVII e XVIII teria criado a nacionalidade. Primeiramente, porque naquele processo um tipo racial novo, o mameluco, resultara da confluência dos caracteres raciais europeus e indígenas. Em poucas palavras, o mameluco seria um tipo genuinamente brasileiro e um exemplo do sucesso da miscigenação. Em segundo lugar, as bandeiras teriam promovido a ocupação dos espaços vazios, empurrando as fronteiras da colonização sertão adentro, o que garantiu as pretensões ao território gigantesco do Brasil na América do Sul e sua posição de importância no mundo. Importa estabelecer aqui que esta visão da história, mais ou menos difusa em consonância com a dimensão das instituições promotoras da educação em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930, tornou-se o símbolo da unidade regional e narrativa justificadora das pretensões hegemônicas dos paulistas no cenário nacional²⁰.

O papel que a história desempenhava nas configurações ideológicas dos grupos dominantes não era pequeno naquele contexto e não era uma exclusividade das elites regionais localizadas em São Paulo. Havia uma cultura histórica cujos fundamentos encontravam-se na narrativa da história universal ou da civilização ocidental cultivada nos espaços de formação da elite brasileira desde o século XIX. A história era vista de forma dupla. Por um lado, constituía-se como modelo de ação no presente ou, pelo menos, como referência simbólica para as ações políticas. Assim, no contexto dos anos de 1930 e particularmente em 1932, alguns fatos da história brasileira e do ocidente eram retomados como referenciais: o 14 de julho de 1789, estabelecido como data comemorativa no calendário republicano, o 15 de Novembro de 1889, o 7 de Setembro de 1822, a Revolução Liberal de 1842, e, mais próximos da história vivida, o 5 de Julho que marcava as revoltas de 1922 e 1924. Nos quadros de uma história épica, tanto o bandeirismo quanto os eventos contemporâneos serviam de referência para a ação em um movimento histórico que parecia encontrar um ponto de aceleração. Por outro lado, portanto, a história

²⁰ ABUD, Kátia Maria. *O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 280f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, UNESP, 2002.; e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista da USP*. São Paulo, nº 13, mar. / mai., p. 78-87, 1993.

também era tomada como processo vivido direcionado ao futuro. No pensamento dos protagonistas políticos de então as revoluções de 1930 e 1932 seriam vividas como momentos criadores que apontavam para o Brasil moderno.

1º, 2º e 3º Atos: o drama em um tempo frenético

É um consenso na historiografia que a Aliança Liberal vitoriosa no ímpeto revolucionário de outubro de 1930 congregava interesses e grupos heterogêneos. No primeiro ano do governo provisório, a fragilidade da aliança se revela e se precipita em alguns acontecimentos que anunciam um tempo frenético que se percebe na designação dos grupos políticos a partir dos nomes dos meses: outubristas para se referir aos membros da Legião Revolucionária de São Paulo, abrilistas para os que tentaram o golpe contra João Alberto em 1931. Como reação à continuidade da ocupação militar de São Paulo, à nomeação de interventores militares e “não-paulistas”, dois fatos avessos à tradição civilista da elite paulista, e ao adiamento das eleições, o PD acaba por romper definitivamente com o governo provisório. Passa a fazer oposição à “ditadura” junto com os adversários de véspera, o Partido Republicano Paulista. Antes, porém, o clima para que esta rearticulação acontecesse crescia com a mobilização constante da Legião Revolucionária, grupo organizado pelo “tenente” Miguel Costa que atuava no sentido de atrair o operariado para a causa tenentista. Além disso, temia-se que a situação propiciasse um levante comunista, uma vez que 30 mil operários saíram às ruas atendendo ao apelo de greve logo depois da demissão do tenente-interventor João Alberto em julho de 1931²¹. Em fevereiro de 1932, PD e PRP constituem a Frente Única Paulista. A política da “frente” em São Paulo não era um fato isolado, porque em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul também se formaram coalizões semelhantes que tentavam contrapor-se ao crescimento da influência dos tenentes na política nacional. O programa da Frente Única Paulista era simples: retomada da autonomia estadual com a nomeação de um interventor civil e paulista, afastamento dos tenentes do governo provisório e convocação imediata das eleições para a Assembleia Constituinte. Na perspectiva dos “democráticos”, tratava-se de efetivar o programa que defenderam em 1930; para os “perrepistas”, o caso era retomar as posições que perderam em 1930, ainda que soubessem impossível uma simples volta ao passado. Como se vê, a unidade da “elite paulista” era circunstancial, ela se amalgamava em torno de dois

²¹ cf., LOVE, Joseph. op. cit. p. 168; e FAUSTO, Boris. op. cit. p. 140

princípios fundamentais: autonomia/federalismo e Constituição. A despeito das diferenças, a “união sagrada dos paulistas” logrou ao menos uma vitória: a indicação do embaixador Pedro de Toledo, civil e paulista, para o cargo de interventor.

Até maio de 1932, “constitucionalistas” e “ditatoriais” disputavam espaço nas ruas para suas manifestações de repúdio ou apoio ao governo. Na noite de 23 de maio, contudo, o antagonismo ganhou cores dramáticas. Depois de empastelarem jornais favoráveis ao governo provisório, manifestantes constitucionalistas dirigiram-se à sede da Legião Revolucionária para atacar seus integrantes. Os membros da “legião” reagiram à bala. Quatro estudantes tombaram mortos na Praça da República: Martins, Miragaia, Drausio e Camargo. Pode-se interpretar o evento da Praça da República como um drama social na medida em que o confronto é um episódio em que os atores investiram todos os valores e crenças significativos na arena pública naquela circunstância. O que o acontecimento passou a significar imediatamente foi a oposição entre “constitucionalistas” e “ditatoriais”, “democratas” e “autoritários”, “paulistas” e “não-paulistas”. Em poucas palavras, as principais linhas de força desenvolvidas entre 1930 e 1932 se cruzaram na Praça da República.

Na noite seguinte, a 24 de maio de 1932, representantes do PD, PRP, Liga de Defesa Paulista, Associação Comercial e, num eufemismo dificilmente factível formulado por uma das testemunhas, elementos “de todas as classes sociais” se reuniram para formar o MMDC. A associação secreta fazia das iniciais dos mortos a insígnia do movimento que passou a organizar a luta armada contra a “ditadura”. Antes mesmo da guerra, os mortos eram apropriados como símbolo do “sacrifício de São Paulo pelo Brasil”. Na perspectiva do governo provisório, contudo, tratava-se da luta egoísta dos paulistas contra o Brasil. Entre maio e julho, as negociações entre as lideranças paulistas e o governo provisório malogram. O estopim da revolução deveria ser aceso em 14 de julho, mas outros eventos precipitaram o confronto. O caminho para o conflito armado se abre com a nomeação de um Ministro da Guerra simpático aos tenentes e com a destituição do general Bertoldo Klinger de seu posto de comando no Mato Grosso no dia 8 de julho. Na noite do dia 9, a tomada da 2ª Região Militar por um pequeno grupo de “constitucionalistas” marca o início da “revolução”. No dia 10, Pedro de Toledo foi aclamado governador do estado, o “alto comando da revolução” foi formado com o governador aclamado, representantes dos dois partidos da Frente Única e os chefes militares. A aclamação foi lembrada então como uma atualização da aclamação de Amador Bueno como rei de São Paulo no século XVII. No começo da mobilização dos “voluntários”, que se reuniam na Faculdade de

Direito do Largo de São Francisco desde a manhã do dia 10, a sensibilidade popular formulou outra interpretação da sigla MMDC: “mata mineiro, degola carioca”, numa clara demonstração do regionalismo como atitude característica das estruturas políticas e ideológicas.

Ao longo do conflito armado, a mobilização popular sustentou o esforço de guerra com a doação de “ouro para o bem de São Paulo”, mulheres servindo como enfermeiras ou costurando uniformes para os voluntários, crianças atuando como estafetas, idosos servindo no policiamento das ruas da capital. O esforço de propaganda sustentava-se no símbolo do bandeirante, facilmente interpretado pelos paulistas educados. Mas outros símbolos também foram acionados para garantir a participação dos grupos populares: os jogadores de futebol voluntários, espécie de herói popular que já despontava na época, frequentemente ganhavam destaque nos jornais, servindo de estímulo à adesão dos grupos subalternos. A guerra durou pouco mais de três meses. Ao longo desse curto espaço de tempo, pode-se dizer que os combatentes mortos também continuavam na luta: o traslado de seus corpos e os enterros na capital ou nas cidades do interior serviam de base para uma narrativa do sacrifício de viés religioso que também estimulava a mobilização. É possível que o sucesso na arregimentação de mais de 30 mil voluntários resultasse do fervor regionalista, por certo, mas também por laços de solidariedade que não estavam ligados à cultura cívica: o companheirismo que unia trabalhadores, a solidariedade familiar, os laços de natureza clientelista. Ao fim do conflito “fratricida”, os combates acirrados, no Vale do Paraíba e nas fronteiras com Minas Gerais e Paraná, deixaram um saldo de mais de 700 mortos do lado de São Paulo. O estado foi ocupado por tropas federais, as lideranças do movimento foram presas e partiram para o exílio em Portugal em outubro de 1932. O general Valdomiro Lima foi indicado como interventor.

A interventoria de Valdomiro Lima abre um novo período de conflito entre as lideranças “paulistas” e o governo provisório. Nas eleições de maio de 1933, a “chapa única por São Paulo unido” agregava elementos do PD, PRP, da Federação dos Voluntários, da Liga Eleitoral Católica e das “classes conservadoras” com candidatos indicados pela Associação Comercial de São Paulo. A expressão eleitoral alcançada pela coalizão, elegendo 17 dos 22 representantes estaduais na Assembleia Constituinte, forçou a substituição de Valdomiro Lima por Armando Salles de Oliveira, civil e paulista, no cargo de interventor federal. A atuação de Armando de Salles de Oliveira, contudo, separa os aliados. Surge um novo partido que congregava o PD, a Ação Nacional do PRP reformista e a Federação dos Voluntários, o Partido Constitucionalista (PC). Ao mesmo tempo

em que a nova Constituição era elaborada, Getúlio Vargas articulava sua eleição pelo Congresso Nacional, o que acabou se concretizando com o apoio de parte dos “paulistas” organizados no PC em 1934²². A força da nova agremiação também se manifestou na escolha indireta do governador em 1935: Armando Salles de Oliveira foi eleito com a maioria dos votos da Assembleia Legislativa de São Paulo. Apesar da oposição do PRP, o governo constitucionalista alcança sucessos que são vistos, ainda hoje, como a realização dos ideais das correntes liberais dos anos de 1930: cria a Universidade de São Paulo, o Departamento de Cultura fundado por Mário de Andrade, soluciona a “crise da lavoura” com o empenho do governo federal na política permanente de valorização do café. Nesse contexto, Salles de Oliveira franqueia-se como candidato à sucessão de Getúlio Vargas em 1938. A campanha tem início já em 1936 com uma projeção significativa do candidato enquanto, segundo a expressão de Aspásia Camargo, desde 1935, o golpe silencioso vinha se consolidando como possibilidade única para asseverar a ordem²³. Esse golpe teria sido tramado, mas o silêncio não remete apenas à surdina das conspirações, como também ao silêncio contínuo e mesmo o apoio sem grandes contestações por parte das forças liberais, inclusive os “constitucionalistas”, da repressão consequente ao dissenso político mais perigoso que tomara o prosclênio em 1935. Para os liberais, novembro de 1937 pareceria amargo como “agosto mês do desgosto”.

Final: regionalismo, ação simbólica e história.

O golpe de novembro de 1937 suspendeu por tempo indeterminado as pretensões liberais de reorganização do Estado nacional, que deveria ter no federalismo um princípio garantidor das autonomias regionais. As novas intervenções políticas nos estados eram como o fechamento da cena. Caía o pano de um drama e outro se abria com um personagem que se imaginaria e se faria presente: o poder central. Um foco central no cenário: o Rio de Janeiro. É sintomático, portanto, que a primeira grande cerimônia pública do Estado Novo tivesse por palco o entorno da estátua de Deodoro no Rio de Janeiro, contasse com a presença destacada do presidente Getúlio Vargas e seus ministros e ritualizasse a centralização com a queima das bandeiras estaduais e hasteamento

²² GOMES, Angela de Castro. A experiência de São Paulo no processo de constitucionalização. In: GOMES, Angela. (dir.) *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 300.

²³ CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

simultâneo do pavilhão nacional nos mastros onde antes tremulavam os símbolos de cada região. Na verdade, o período do Estado Novo não faria desaparecer os regionalismos. Haveria todo um esforço de reconfiguração das realidades regionais: uma nova territorialização, a incorporação das culturas regionais como aspectos da variedade positiva do nacional, uma política de ocupação do espaço que valorizaria o interior e curiosamente assumiria o bandeirante como símbolo. No entanto, para usar uma metáfora adequada à cerimônia, esperava-se que o regionalismo como sentimento animador da política fosse uma postura tão leve como fumaça.

O uso da metáfora anterior como de outras ao longo do texto expressa uma das intenções desse artigo: tomar um caso e descrevê-lo para evidenciar o poder operativo da noção de drama social para pensar a ação política como ação simbólica. Essa intenção liga-se a duas preocupações acerca da história – sua investigação e escrita. Por um lado, a relação da disciplina com a antropologia, especialmente uma antropologia da política que se ampara nas investigações da antropologia social britânica. Parece-me que o diálogo com essa tradição pode iluminar a renovação dos estudos de história política uma vez que fornecem chaves teóricas adequadas e universalmente válidas para se pensar os aspectos culturais da ação política e estruturação do poder. Estas chaves nos permitem surpreender no tempo cambiante e mais ou menos veloz dos acontecimentos – a “espuma da história” – o trabalho de estruturas sociais não redutíveis ao econômico ou aos quadros estáveis da geografia como desejava Braudel e toda a tradição da história social dele derivada. Permitem inferir o trabalho de um tempo longo que remete a estruturas mais ou menos estáveis de interação conflituosa em qualquer sociedade – frias ou quentes, tradicionais ou modernas, lentas ou velozes. Um tempo lento que é a substância da cultura como universo simbólico que prescreve as condições, e ao mesmo tempo é constituído por atos, performances que sinalizam as intenções em conflito²⁴. A noção de drama social para pensar o político provoca a reflexão acerca das relações entre evento e estrutura no sentido de superar a hierarquização dos ritmos temporais, curtos e lentos, quando pensamos a experiência histórica moderna da aceleração constituindo possibilidades mais variadas na projeção de futuros²⁵.

²⁴ É curioso lembrar como estruturas da linguagem muito perenes e que remetem às lutas fratricidas e ao universo religioso tomam conta dos discursos regionalistas: recentemente, por ocasião das disputas em torno dos royalties do petróleo, o governo do Estado do Rio de Janeiro e várias entidades da sociedade civil fluminense patrocinaram uma campanha que tinha por mote “O Rio contra a covardia”. Em determinada ocasião, o próprio governador do Estado chorou em um ato público ao afirmar que a redistribuição dos recursos inviabilizaria a região.

²⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuições à semântica dos tempos históricos.

Além disso, pensar a política como ação simbólica a partir da noção de drama é uma alternativa, se não uma superação, às metáforas orgânicas e mecânicas utilizadas para a compreensão dos processos humanos que tomaram por muito tempo a escrita da história em um registro científico. Parece-me mais adequado à história, como conhecimento humano e necessariamente instável, tomar no campo das artes, na literatura dramática, por exemplo, as formas para a compreensão da vida no tempo do que seguirmos nos apropriando de figuras conceituais mais estáveis derivadas das ciências da natureza, ainda que seus objetos sejam concebidos em movimento e de forma acidental já há algum tempo²⁶. Em outras palavras, as noções de drama, campo e arena sugerem a nós a necessidade de criar conceitos mais adequados à variação da experiência humana.

Regionalismo e ação simbólica: a Revolução de 1932 como drama social.

Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006. p. 143-145.

²⁶ RUSSELL, Bertand. *ABC da relatividade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.